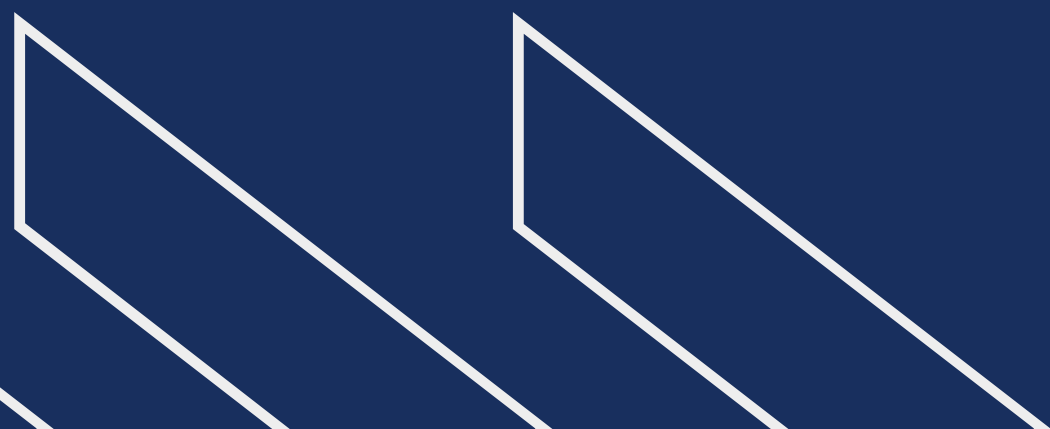


Escritório
TÚLIO CÁRIA

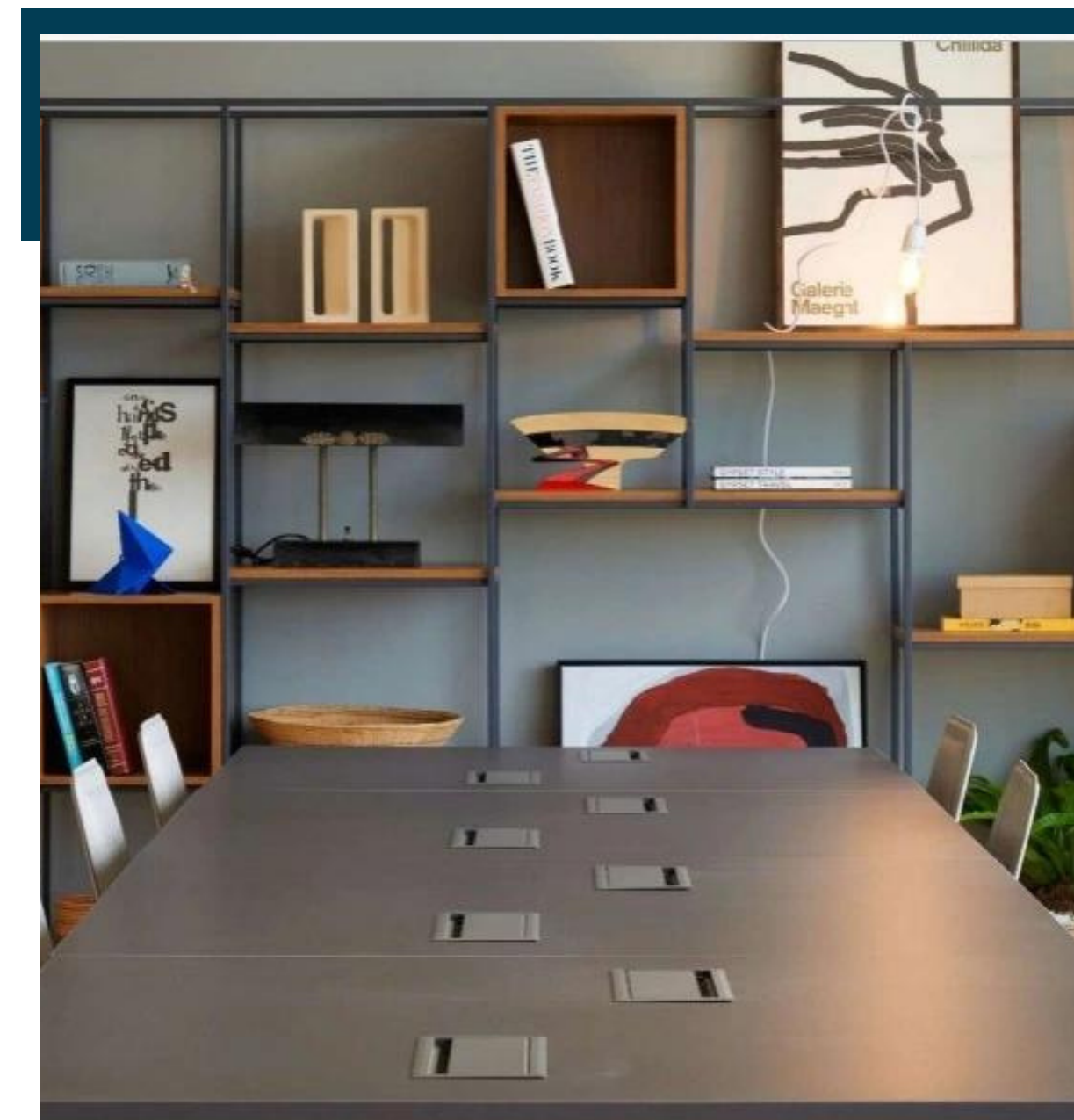
DIREITO DE NEGÓCIOS



Quem somos

Nós, do Escritório Túlio Cária Direito de Negócios, temos como principal premissa a excelência no atendimento aos nossos clientes. Empenhamo-nos ao máximo na defesa das causas confiadas ao nosso patrocínio e na prestação de assessoria rápida e precisa, visando garantir aos nossos constituintes o amparo da Lei e do Direito, permitindo-lhes a realização de seus legítimos negócios e interesses.

Para isso, a nossa atuação profissional é resultado de um planejamento elaborado e do constante aprimoramento de nossas competências. Cultivamos princípios éticos, dedicamo-nos ao estudo e à dedicação ao Direito e buscamos constantemente a melhoria de nossa estrutura organizacional.

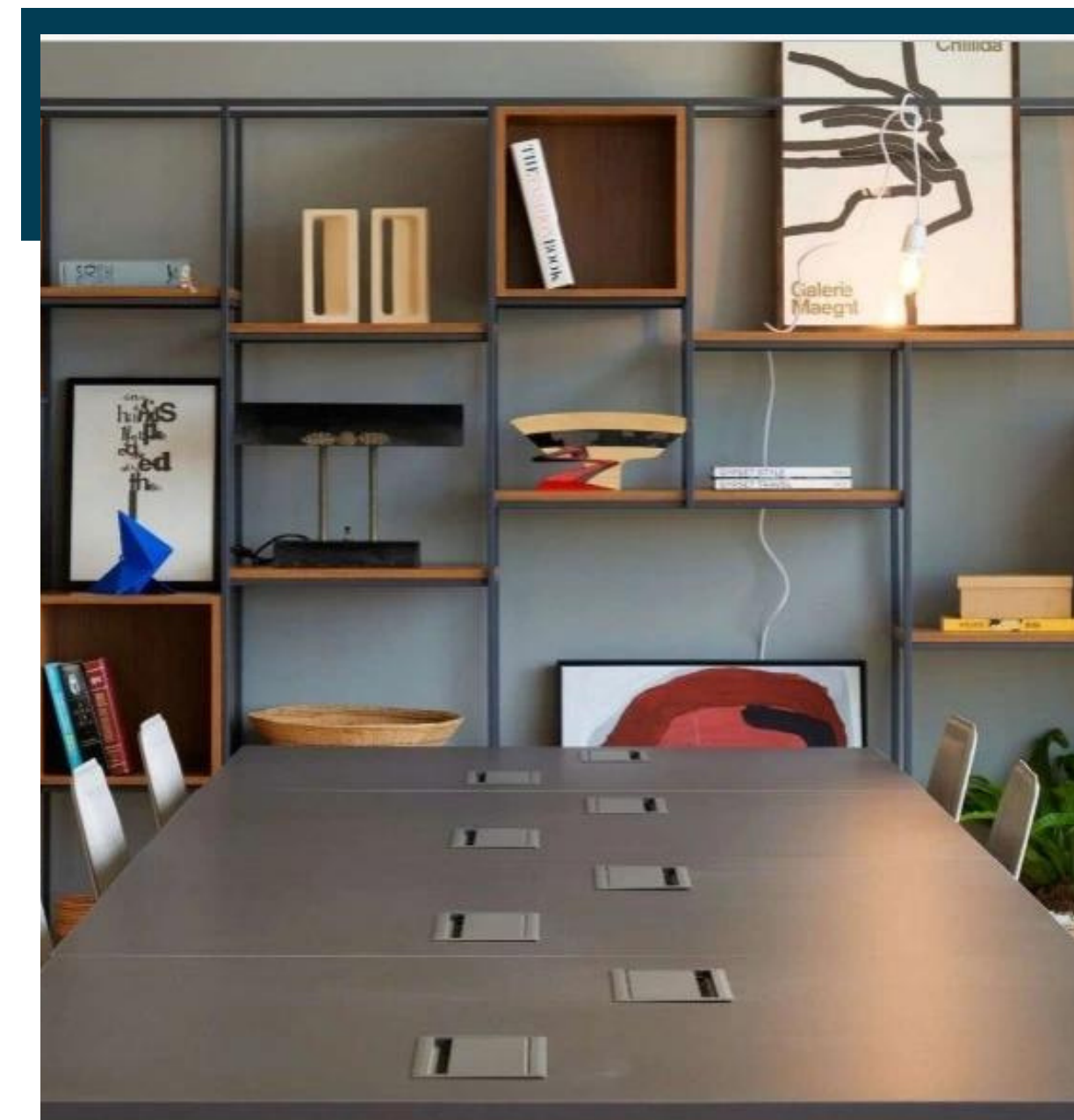


Quem somos

Além de adotar medidas inovadoras na identificação de soluções legais para os casos confiados a nós, antecipando problemas e identificando oportunidades, nossa advocacia destaca-se pelo conhecimento prático e pelos negócios de nossos clientes e parceiros.

Buscamos oferecer um serviço altamente eficiente e personalizado, com foco na entrega de soluções estratégicas e na obtenção de resultados positivos no menor tempo possível.

Dr. Túlio Cária - Sócio Administrador



Missão

Viabilizar juridicamente e impulsionar os negócios de nossos Clientes, otimizando seus resultados.

Visão

Tornar-se referência como escritório de advocacia proponente de soluções jurídicas orientadas para a criação de valor e racionalidade nas relações comerciais, influenciando positivamente seus clientes na tomada de decisões e no planejamento dos negócios.

Valores

Comprometimento e determinação (o que precisa ser feito será feito); lealdade e transparência nas relações (trabalhamos com a verdade e a boa-fé em todos os atos de nosso ofício); postura pro business e foco nos resultados dos Clientes (nossa prioridade; isto é a cada necessidade uma solução jurídica adequada).

Áreas de Atuação

- Anticorrupção e Compliance;
- Direito Público;
- Prefeituras e Câmaras de Vereadores (Direito Municipal);
- Licitações e Contratos;
- Ação Civil Pública;
- Improbidade Administrativa;
- Direito Eleitoral;
- Defesa de Agentes Políticos;
- Ações Constitucionais;
- Adequação a Lei Geral de Proteção de Dados.



Você sabe o que é Compliance?

1

"Compliance significa a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos valores éticos gerais, dos códigos de conduta específicos de determinado ramo de atividade e das expectativas legítimas da sociedade."

Luís Roberto Barroso, Ministro do STF (Conjur, 2018)

2

Benefícios:

- Melhorias no atendimento ao público.
- Otimização dos processos internos.
- Melhor gerenciamento dos recursos públicos.
- Prevenção e combate à corrupção e fraudes.
- Criação de parcerias duradouras e transparentes.
- Maior credibilidade junto à sociedade.
- Consolidação de uma imagem positiva do agente público.



Como funciona?

3 O compliance nas organizações públicas irá normatizar a conduta dos servidores; estabelecer parcerias que também priorizem ética e transparência; criar um canal de comunicação direta com o cidadão para o recebimento de denúncias sobre a má prestação dos serviços; realizar auditorias e monitoramentos para a prevenção, a identificação e a solução de irregularidades.

- 4**
- **Constituição Federal de 1988:** o artigo 37 estabelece como princípios da Administração Pública, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
 - **Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013):** regula a responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas por atos lesivos à Administração Pública. O Decreto n.º 11.129, de 11 de julho de 2022 regulamenta esta lei.



Como funciona?

5

- **Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016):** trata do estatuto jurídico de empresas públicas e sociedades de economia mista, introduzindo os conceitos de compliance e gestão de riscos nessas esferas.
- **Lei das Agências Reguladoras (Lei n.º 13.848/2019):** aborda a gestão, a organização, as tomadas de decisão e o controle social das agências reguladoras. O texto cita a necessidade de adoção de práticas de gestão de risco, controle interno e programa de integridade.
- **Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021):** dispõe sobre as regras para contratos com a Administração Pública e exige a implantação de programa de integridade pela empresa contratada para licitações de grande vulto, além de apontá-lo como um critério de desempate.



Você sabe o papel de uma boa Assessoria Jurídica?

1

No panorama da Administração Pública, a Lei 8.666/93 relegava o papel da assessoria jurídica à uma função atípica meramente de controle, exercida de forma burocrática pelos servidores e agentes públicos, em razão do temor de sanções advindas dos órgãos de controle interno e externo.

2

Na Lei 14.133/21, a Assessoria Jurídica ganha relevância durante todo o processo de contratação.

Agora é possível atuar na defesa de agentes públicos quando processados, investigados ou indiciados em razão de ato praticado em observância a parecer jurídico.

3

A Assessoria Jurídica passa a desempenhar função primordial na padronização de modelos e minutas de editais, termos de referência e demais documentos das contratações (art. 19, inciso IV, da NLLC), assim como na própria operacionalização da lei, auxiliando os demais agentes no desempenho das funções essenciais à execução das contratações (art. 8º, §3º e art. 117, §3º, NLLC).

Você sabe o papel de uma boa Assessoria Jurídica?

4

Há, portanto, clara ampliação da atuação e, por via de consequência, da relevância da assessoria jurídica vinculada às contratações públicas, no âmbito da Administração.

Na iniciativa privada, por exemplo, a Assessoria Jurídica ganha mais importância.

5

Sobretudo pela já mencionada segurança buscada na aplicação da sua atuação desde a análise consultiva até o assessoramento contencioso, o que poderá ocorrer em todas as fases da contratação, especialmente diante do cunho dialógico destacado pela NLLC.

6

Como exemplo da importância da Assessoria Jurídica na iniciativa privada, podemos citar o auxílio em:

- Respostas às consultas de preços, com orientações sobre possíveis inconsistências nos documentos recebidos, que poderão impactar a apresentação de um orçamento adequado;

Você sabe o papel de uma boa Assessoria Jurídica?

7

- Análise de editais, com a realização de impugnação, pedidos de esclarecimentos e conferência de documentação necessária;
- Defesas, recursos e pedidos administrativos em geral, bem como na atuação jurisdicional para assegurar os direitos das empresas;

8

- Atuação em procedimentos auxiliares das **contratações**, como **PMI**, por exemplo;
- Capacitação e treinamentos para compreensão das mudanças resultantes da NLLC.

9

Fica clara, então, a necessidade e a importância do assessoramento jurídico ao licitante/particular que pretenda contratar com o Poder Público, para que obtenha segurança nos seus relacionamentos governamentais e alcance êxito nas oportunidades de contratação, desde a atuação no procedimento licitatório ou nas contratações diretas, até a execução dos contratos celebrados.



Venha conhecer o Escritório

Localizado em uma das áreas mais nobres de Nova Lima - Minas Gerais, com mais de 5 anos de existência e um corpo jurídico formado por advogados e advogadas com mais de 30 anos de experiência, o Escritório Túlio Cária Direito de Negócio atua na defesa de Prefeitos, Vereadores e outros Agentes Políticos, resolvendo as dificuldades jurídicas da Administração Pública, através de um acompanhamento muito próximo, de Consultoria, Assessoria e em Processos.

**Endereço: Rua Ministro Orozimbo Nonato, 215
6º andar - Vila da Serra - Nova Lima - MG
CEP: 34000-000**





www.tuliocaria.com.br



advogado@tuliocaria.com.br



(31) 98418 0376